

A Relação Teoria/Método/Instrumentais: uma leitura a partir da concepção de profissão

The Relationship Theory/Method/Instrumental: a reading from the conception of profession

ISABELA SARMET DE AZEVEDO*



RESUMO – Este artigo apresenta um resultado parcial da pesquisa intitulada Desvendando instrumentos e técnicas no Serviço Social: a adoção de uma política de trabalho e a garantia de um serviço público de qualidade, em desenvolvimento na Universidade Federal Fluminense, que tem por objetivo sistematizar a relação entre teoria, método e instrumentais, a partir de uma concepção de profissão. Situar o significado sócio-histórico do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pela adoção de uma perspectiva analítica, histórica e teórica, que permite apreendê-lo na sua condição de parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada faz parte dos objetivos dessa produção. Ela resulta da interpretação dos textos acessados em livros, artigos, anais de eventos, dissertações de mestrado e teses de doutorado entre os anos 1990 e presente data, cujo objeto de estudo seja os instrumentos e as técnicas de intervenção profissional do assistente social.

Palavras-chave – Teoria. Método. Instrumentais.

ABSTRACT – This article presents a partial result of the survey entitled Unraveling instruments and techniques in Social Service: the adoption of a policy of labor and the guarantee of a quality public service, under development at the Universidade Federal Fluminense, which aims at systematizing the relationship between theory, method and instrumental, from a conception of profession.

Situate the historical significance of socio-technical instrumental operating of Social Service, by the adoption of an analytical perspective, historical and theoretical, which allows apprehends him in his condition of part of Social Services intervention in social relations and not as an arsenal of instruments and techniques applicable in standardized form is part of the objectives of this production. It results from the interpretation of the texts accessed in books, articles, event annals, master's theses and doctoral dissertations between the years 1990 and the present date, whose object of study is the instruments and techniques of professional intervention of social assistant.

Keywords – Theory. Method. Instrumental.

* Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ – Brasil. E-mail: isabela_sarmet@uol.com.br
Submetido em: outubro/2013. Aprovado em: novembro/2013.

Este artigo constitui o resultado parcial de pesquisa sobre a produção bibliográfica contemporânea sobre instrumentos e técnicas no Serviço Social. Busca sistematizar a relação entre teoria, método e instrumentais, a partir de uma concepção de profissão.

A questão dos instrumentos e técnicas no Serviço Social sempre foi problemática, não só no Serviço Social, mas também na educação, visto que na década de 1990 também houve um intenso debate protagonizado pela Guiomar Namó de Mello, na obra *Magistério de 1º grau – da competência técnica ao compromisso político*. Autores como Nosella (1983) e Saviani (1983) fizeram um trocadilho entre compromisso político e compromisso técnico, paralelamente à competência técnica e competência política para discutir a questão.

No Serviço Social, essa questão dos instrumentos e técnicas é perpassada por dificuldades próprias da formação profissional, aliadas ao fato de que existem determinações e interesses de classe por detrás das escolhas feitas pelo profissional de Serviço Social dentro de um contexto sócio-ocupacional. Ou seja, a função dos instrumentais está relacionada à instrumentalidade da profissão.

Em nossas reflexões, consideramos que os instrumentos estão intimamente relacionados com teoria e método e por trás disso existe uma concepção de profissão, que tem a ver com condições de trabalho, com o tipo e a origem da demanda que chega aos profissionais e ao que se pretende responder em cada contexto histórico. Em outras palavras, requer análise sobre o que é o Serviço Social, qual é seu objeto e seu lócus de intervenção. É o que veremos a seguir.

O Serviço Social e seu instrumental técnico-operativo: um mergulho na história

O assistente social atua no campo das necessidades sociais, que se transformaram, ao longo da história, em dimensões coletivas da “questão social”, tais como se manifestaram na sociedade capitalista como expressões das desigualdades econômicas, políticas, culturais e sociais. Nesse sentido, atingiram “visceralmente a vida dos sujeitos numa ‘luta aberta e surda pela cidadania’ (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos” (IAMAMOTO, 2005, p. 19).

A intervenção do assistente social se dá nas instituições prestadoras de serviços sociais, vinculadas às políticas sociais, onde se vincula à regulação das relações sociais e não diretamente à produção material. Isso quer dizer que o profissional de Serviço Social cria condições para a reprodução social, uma vez que incide sobre as condições de vida dos trabalhadores através de bens e serviços complementares à sua sobrevivência e, além disso, produz efeitos ideológicos que reforçam ou não a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho e atende às necessidades de normatização e controle dos comportamentos sociais (TRINDADE, 2001).

Saber e poder estão estreitamente ligados, na exata medida em que o conhecimento nos leva à capacidade crítica. Só se produz o que se conhece através da leitura e da intervenção. Nesses termos, podemos dizer que a força libertadora dos instrumentos e técnicas reside na concepção que se tem da profissão. É a teoria que pode servir à crítica social e política, tendo por consequência a politização da sociedade, a pluralização dos saberes, a autonomia e o fortalecimento do pensamento e da identidade profissional, a resolução de problemas técnicos e práticos das relações humanas. Mas a teoria também pode representar um reduto inconveniente de dispersão de ideologias contrárias a uma política dominante. O conhecimento e sua prática são muitas vezes objeto de manipulação política, mas também podem representar um importante passo para a libertação da posição servil que muitas vezes adotamos em nosso cotidiano profissional.

Toda teoria tem um método, um caminho de aproximação do real. Conforme Houaiss (2009), o vocábulo “*método* (do grego *méthodos*, ‘pesquisa, busca, por extensão, estudo metódico de um tema’, de *metá* ‘atrás, em seguida, através’ e *hodós* ‘caminho’”) significa busca, caminho e indica, portanto, que sua função é instrumental. Método, então, é ligação entre dois polos: um polo de origem ou ponto de

partida (estado de ignorância) e outro de destinação ou ponto de chegada (estado de conhecimento). Entenda-se que o processo detido de reflexão, o processo de manipulação aprimorada de conhecimentos, o processo de construção do saber, consistem nisto: no abandono do estado da ignorância e na aproximação ao conhecimento. Nesse ínterim, percorre-se um espaço, a que se convencionou chamar caminho e, para a ciência, essa mediação entre os dois polos é feita com base no método.

Essa aproximação do ponto de chegada pode ser aferida pelo gradativo aumento, exploração do objeto desconhecido, à medida que se analisam os elementos e os componentes relevantes de uma situação, ato, fenômeno, acontecimento, coisa, discurso, lei, decisão, etc., de respostas plausíveis a respeito do que se quer conhecer e/ou intervir. Nesse sentido, o método tem a ver com ordem, organização de conhecimentos desorientados e fragmentados. O conhecimento está sempre mudando, de modo que o saber está sempre por ser construído. É inacabado, por assim dizer.

A importância do método está na instrumentalidade de que se reveste, pois sua utilidade decorre de sua aplicação prática. O método é o melhor critério crítico para distanciar a profissão do subjetivismo (do ponto de vista pessoal e rigorosamente individual) para a tomada de decisões. O mais das vezes, as opiniões pessoais são marcadas por um profundo sectarismo, espelham opções ideológicas unilaterais, retratam paixões subjetivas ou se fazem memoráveis por serem tendenciosas.

A escolha do método vai depender de alguns critérios, tais como acessibilidade, economia de recursos, precisão, relevância e qualificação do profissional. Acessibilidade é o acesso que se tem à pessoa ou aos documentos. Economia de recursos tem a ver com a condição de trabalho, para a realização da ação que se pretende (tem como ir ao usuário, ou ele vem ao profissional, por exemplo). Precisão quer dizer confiabilidade e validade dos dados. Relevância é escolher as informações mais importantes para o desvendamento da problemática e sua possível “solução” ou encaminhamento, visto que muitas vezes colhemos informações sem utilidade nenhuma.

A qualificação do profissional tem a ver com a sua habilidade no manejo dos instrumentos, que deve estar desprovido de seus padrões, preconceitos e tabus, tendo uma postura condizente com os princípios que informam a sua profissão. Nesse sentido é preciso que ele entenda que sua formação não se acaba com o término da faculdade, mas continua por toda sua vida profissional.

Nesse sentido, os instrumentos e técnicas devem fomentar potencialidades e habilidades nos indivíduos que serão atendidos pelo assistente social, devendo este tomar decisões que valorizem, respeitem e considerem as opiniões e escolhas dos outros quando se trata de intervenção profissional.

Os instrumentos e técnicas também devem ser manipulados para denúncias a formas de arbítrio e autoritarismo tão presentes no cotidiano das instituições; para a garantia de direitos; para fomentar a igualdade de oportunidade para todos; para a universalidade de acesso aos bens, recursos e serviços sociais; para a adequação das regras institucionais aos casos concretos; para assegurar a qualidade dos serviços, através de mecanismos éticos e eficazes para contribuir com a efetivação do acesso e ampliação dos direitos. Também devem ser manipulados para desvendar questões de inserção de classe social, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física, a fim de que o assistente social aja sem discriminar nem ser discriminado por tais questões.

O instrumental, conceito utilizado por Martinelli e Koumrouyan (1994), originário da obra: O Capital de Marx (1988), indispensável à ação profissional, traz à tona a ideia de unidade dialética; de categoria relacional, de trajetória que vai da concepção à sua operacionalização, incluindo sua avaliação; uma categoria que se constrói a cada momento, a partir das finalidades da ação que vai se desenvolver e dos determinantes políticos, sociais e institucionais, tendo eixo valorativo, metodológico e operativo.

Segundo Guerra (2008, apud SANTOS; NORONHA, 2013, p. 48), “o instrumento e a técnica, portanto, constituem e são constitutivos do modo de ser da profissão, de uma determinada capacidade da profissão”. Eles são criados em consonância com as finalidades da ação profissional, contribuindo para a passagem da teoria à prática, do ideal ao real.

Para Sarmento (1994), o instrumento é orientado por uma teoria social, com uma intencionalidade. Santos (2006) também afirma que a escolha dos instrumentos não é neutra, pois, além de uma função técnica e operacional, há uma função política.

Já o conceito de técnica é traduzido como a habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos (TRINDADE, 2001). Trata-se da utilização de um saber (VELOSO, 1995), de “teoria em atos” (BOURDIEU, 1973, apud VELOSO, 1995), de “teoria em movimento” (FALEIROS, 1986, apud VELOSO, 1995), de habilidade no uso do instrumental (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994), onde a criatividade neste uso reside no agente.

Para Sarmento (1994, p. 247),

A técnica é a manifestação do saber, de sua intencionalidade, portanto, um ato político ela não é neutra, dado que novas ações ou atos estão articulados e comprometidos com uma prática social (ou não) para transformação social (ou funcionamento social), com práticas libertadoras (ou mantenedoras do poder e da dominação).

Quando nos voltamos para a história do Serviço Social, percebemos que os instrumentos são “elementos mediadores e potencializadores do trabalho” e que a técnica “é a habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos” (TRINDADE, 2001) e que ambos serviram a projetos diferenciados ao longo desta história. A mediação se constitui em procedimentos, atitudes e posturas que visam levar os homens a produzir novas atitudes.

O verdadeiro serviço que prestamos a movimentos e indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para fora, em pôr fim à sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades (PORTELLI, 1997, p. 31).

Na segunda metade do século XIX, foram criados mecanismos reguladores e moralizadores das relações sociais, adequados aos interesses das classes dominantes.

No século XX, a instrumentalidade se viu limitada a um padrão que contemplou apenas as ações racionais, que produzem fins imediatos (a objetividade é esperada tanto nos fenômenos sociais como naturais).

No período inicial do Serviço Social no Brasil, a incorporação dos instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência social, aliados às orientações técnicas e doutrinárias da ação social católica (Encíclica *Quadragesimo Anno*, 1930), com a presença do pensamento racionalista-moralizador, para o enquadramento das populações pobres e dos trabalhadores aos ditames econômico-ideológicos da burguesia.

Nas décadas de 1930 e 1940, as ações espontâneas e filantrópicas não são mais suficientes para atender à racionalidade do Estado. Há importação da produção profissional norte-americana. Prevalece o empirismo quantificador, através de abordagens individualistas (as estruturas sociais determinam o comportamento dos indivíduos). Há também o influxo psicologizante da sociologia norte-americana, com a hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal no trato das manifestações da questão social.

Na segunda metade da década de 1940, sob influência da Psicologia e da Psicanálise, o Serviço Social de Grupo passa a ser utilizado para a solução dos problemas pessoais de relacionamento e socialização. Foi incorporado no Brasil na década de 1950 e consolidado na década de 1960, quando se articulou ao desenvolvimento de comunidade. Visa fortalecer indivíduos, através da convivência grupal, que lhes possibilitaria o autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e aos valores sociais vigentes.

O desenvolvimento de comunidade é um desdobramento de uma política de intercâmbio econômico-político-cultural, que se estabeleceu entre os EUA e os países da América Latina e que treinou profissionais para a promoção da harmonia social na relação Estado/sociedade civil, através de uma abordagem mais coletiva. Buscou-se melhorar o meio, as condições imediatas, deixando-se de centrar apenas nas mudanças comportamentais do indivíduo e da família (na tríade “ordem, moral e higiene”).

Em relação aos “métodos” “caso”, “grupo” e “comunidade”, prevaleceu a centralidade formalista do método, levando o profissional a se preocupar tão somente em definir com maior controle e precisão. Trata-se de procedimentos predeterminados para atingir eficazmente uma meta, um fim, um objetivo..

Nos anos 1960 e 1970, uma minoria de profissionais opta por participar política e civicamente e amplia sua consciência social e recusa ideológica à ordem burguesa.

Há denúncia a pretensa neutralidade profissional. Cria-se uma resistência à ditadura, e o engajamento político-partidário traz à tona novos valores. Valores emancipatórios movem-se pela intenção de ruptura dos entraves à liberdade. Mudam-se as normas do III CBAS (1979), exigindo sua democratização e compromisso com os trabalhadores.

O CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social), a Cortez (editora) e os cursos de pós-graduação capacitam os assistentes sociais a questionar demandas oriundas do poder instituído. Trata-se de uma perspectiva antagônica ao controle da população através dos programas institucionais, com incentivo à crítica e ao confronto de posições.

Do final dos anos 1970 em diante, começaram a se processar uma série de elementos que vão possibilitar a renovação da profissão e que nos permitem subsídios para afirmar que o assistente social pode se colocar como transgressor das normas institucionais visando à defesa de direitos.

É possível transgredir normas quando essas se mostram inconstitucionais ou estão em confronto com princípio ético-políticos que regem a nossa profissão. Isso se dá, por exemplo, quando nos colocamos em perspectiva antagônica ao controle da população, através dos programas institucionais, resguardando os direitos fundamentais do ser humano, tais como dignidade, liberdade, autonomia, igualdade etc.

O incentivo à crítica e ao confronto de posições faz parte do caldo de cultura que influencia a profissão nos anos 1970: consolidação acadêmica, ampliação dos campos interventivos, crescimento da literatura profissional, organização sindical por ramo de produção e reestruturação das entidades nacionais – CFESS, CRESS, ABEPSS, SESSUNE – nos anos 1980.

A cidadania acadêmico-política, a politização das ações profissionais e a compreensão da profissão nas relações de poder de classe são elementos que nos permitem afirmar que o Serviço Social não mais se coloca tão somente no âmbito da intermediação dos conflitos de classe, com vistas a sua contenção e neutralização. Ele também se coloca na explicitação desse conflito, em defesa dos direitos.

Por isso, faz-se necessária a consciência das relações e dos limites entre prática profissional e prática política. A organização da categoria como sujeito coletivo é elemento central para o projeto que se configura ao longo dos anos 1980, quando é retomado o pensamento original de Marx em suas fontes originais.

Ao longo dos anos 1980, foram colocadas em prática algumas diretrizes influenciadas pelo pensamento marxista, que diz ser possível democratizar informações e tentar alterar a correlação de forças institucionais; denunciar falhas nas instituições, nos outros profissionais (Código de 1986); o compromisso deve ser com valores e não com classes, grupos ou indivíduos.

É importante ter claro que a profissionalização contribuiu para que o poder de classe se exercesse. Historicamente, o Serviço Social atendeu à necessidade política de contenção e controle das possíveis insubordinações da classe trabalhadora. As políticas sociais resultaram do protagonismo histórico dessa classe, que reivindicou, conquistou e ampliou seus direitos após confrontos e processos de luta.

Portanto, na história da profissão, instrumentos moralizantes, de viés cristão-humanista, se fizeram seguir daqueles tecnicistas e pragmatistas, amparados em princípios e diretrizes positivistas, teoricistas. Fontes marxistas foram incorporadas à profissão, mas não podemos dizer que houve um domínio dos instrumentos e das técnicas pertencentes ao acervo cultural teórico-metodológico herdado das ciências sociais e humanas. Há, segundo Veloso (1995), uma profunda contradição entre um discurso progressista marxista e uma prática desqualificada, reveladora de um empirismo e do despreparo teórico-metodológico e técnico-político do assistente social.

Ainda é corrente, entre segmentos conservadores e núcleos da categoria profissional, a tentativa de desqualificar as propostas oriundas desta perspectiva [intenção de ruptura] com a “argumentação” de que são frutos de atividades “estranhas” às “práticas de campo” do Serviço Social. Aqui, mais que em qualquer outra situação, retoma-se o velho refrão segundo o qual, na “prática”, a “teoria” é outra (NETTO, 1990, p. 249).

Para Veloso (1995), houve imprecisão conceitual e ausência de debate sobre a dimensão teórico-técnica e o caráter interventivo do Serviço Social. O processo interventivo foi tratado de forma periférica e secundária, apesar de haver uma contribuição efetiva dos fundamentos marxistas para a compreensão das condições sócio-históricas de emergência da profissão no aprofundamento do capitalismo.

Veloso (1995) aponta ainda para vários riscos, tais como: o sectarismo teórico-político (partidarismo ferrenho), a tendência à dogmatização do conhecimento; a obstrução do embate acadêmico de matriz pluralista; e a “ritualização do desconhecido”, daquilo que falta em Marx. Para ela, a pulverização do debate sobre a dimensão técnica da profissão e o vazio epistemológico profundo no interior das propostas curriculares vigentes, sobretudo nos anos 1980, se deve a esta negligência.

Veloso (1995) afirma que é preciso evitar o atalho da miscelânea teórica típica do ecletismo e transcender a apropriação empiricista do conhecimento, presente na literatura tradicional, onde a questão da técnica era tratada como mero receituário de aplicação mecânica na prática.

Hoje, temos a questão dos instrumentos e técnicas como uma questão problemática, e o assistente social tem dificuldades de explorar os instrumentos e as técnicas. Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de que é intrínseca relação destes com as relações constituintes e constitutivas do Serviço Social.

A ausência de problematização das inúmeras situações que emergentes da prática têm levado a uma postura do tipo empiricista. Há uma crise explicativa no que tange à incapacidade de se proceder a uma revisão desse paradigma reducionista de apreensão da técnica, na trajetória do Serviço Social.

É preciso ampliar o debate teórico-metodológico do Serviço Social no interior da tradição marxista, num esforço para romper com a herança pragmática e empiricista que permeia o entendimento da técnica no debate profissional.

O primeiro ponto a destacar é o frequente improviso de técnicas. A seleção de uma técnica de obtenção de dados ou análise não deve ser produto de improviso ou o resultado dos recursos disponíveis. Deveriam, na verdade, depender do desenho pelo qual se tenha optado previamente. Assim, por exemplo, a decisão de usar uma entrevista grupal deve obedecer à necessidade de contar com discursos dos informantes, beneficiando-se da interação sobre determinado fenômeno social. Em outras ocasiões, poderá ser necessário obter dados a partir da revisão de fontes secundárias, dada a opção por levar a cabo um estudo histórico.

No âmbito dos estudos qualitativos, é fundamental considerar os aspectos relacionais, principalmente as relações de poder, uma vez que “as funções de interrogação são manipuladas por um número restrito de agentes” (KANDEL, 1980, apud Mercado-Martinez, Bosi, 2004, p.61). É preciso considerar as relações de dominação-subordinação (e de resistência) presentes no cotidiano dos serviços, a fim de escolher estratégias de investigação que possibilitem uma escuta autêntica (AMATUZZI, 1989,

apud MERCADO-MARTINEZ; BOSI, 2004, p. 61) e, ao mesmo tempo, a construção de práticas que minimizem aspectos como a troca desigual entre técnicos e usuários, ou seja, contribuam para a construção da cidadania nesse setor.

Um dos traços mais notáveis é a constatação de que existe um estilo de prática bastante recorrente no meio profissional do Serviço Social. Refiro-me à ação respaldada em atitudes diretivas, mescladas com estratégias sutis de convencimento e, por vezes, de controle, sobre a livre expressão da população [...]. (VELOSO, 1995, p. 40).

Raros são os registros de práticas em relatórios, diários de campo etc. em que se aponta para o uso de estratégias e recursos técnico-operativos que permitam a coexistência da concórdia e da discórdia, do consenso e do dissenso, como duas faces necessárias da prática social (Idem, p. 41).

Os instrumentos a serem utilizados estão em conformidade com a natureza do objeto de trabalho. Os instrumentos que utilizamos no Serviço Social são comuns a vários campos de atuação: entrevista, observação, visita domiciliar, visita institucional, elaboração de documentação em relatórios e pareceres, articulação com redes de recursos sociais, entre outros. A assistente social pioneira foi Mary Richmond com sua primeira obra: *Diagnóstico social*. O seu trabalho era assistência social atuada a nível individual (de pessoa para pessoa). E havia passos para uma “consulta” com o assistente social, tais como:

1. O contato face a face com o indivíduo cujo problema era objeto de diálogo na conversa profissional, na entrevista;
2. O conhecimento dos recursos necessários que possam prover aquele indivíduo (o que pede orientação);
3. A habilidade para descobrir com o usuário (que era chamado de “cliente”) o que é realmente necessário, envolvendo da parte do assistente social a predisposição para o outro, pois a necessidade nem sempre é trazida de forma explícita.
4. Um método de aproximação que não melindre, que não ofenda o indivíduo;
5. Procurar ter competência profissional e compromisso.

Muitas dessas orientações continuam sendo válidas nos dias de hoje, com algumas reservas, tais como o fato de não mais lidarmos com os indivíduos como “clientes”, mas compreendermos que os sujeitos estão envolvidos na situação social alvo de estudo e intervenção profissional e estes podem ser pessoas, instituições e grupos sociais.

Considerações finais

A instrumentalidade sofre determinações da dinâmica social da qual emergem as demandas para as instituições nas quais trabalha o assistente social.

Assim, o estudo dos instrumentos e técnicas não limita o instrumental à condição de repertório interventivo, a um rol de instrumentos e técnicas que seriam suficientes para a eficiência da ação. Aliás, Marx destaca no capítulo relativo ao processo de trabalho, na obra *O Capital*, que o instrumental é o conjunto de elementos que o trabalhador utiliza para realizar o trabalho, ou seja, técnicas, teorias, estratégias compõem o que chama de instrumental (MARX, 1988). Nossa perspectiva teórica aponta a insuficiência de uma visão de instrumental técnico-operativo restrito à habilidade e ao manejo desse repertório, pois esta é uma concepção que isenta o instrumental de suas relações mais amplas.

As técnicas não são portadoras de uma capacidade imanente para alcançar determinados resultados, pois são mobilizadas a partir das finalidades postas em face da realidade a ser transformada. Elas não trazem em si uma dinâmica de aplicação que, se seguida à risca, proporciona a consecução daquilo que foi planejado.

Os instrumentos e as técnicas não devem ser vistos de maneira estática. Eles são criados e recriados de acordo com os objetivos e com as exigências da ação profissional. Eles estão em constante movimento, e sua utilização depende das situações que se pretende abordar, da habilidade dos profissionais em utilizá-los. Essa condição depende da competência teórico-metodológica e ético-política do assistente social, além do seu compromisso profissional.

Referências bibliográficas

- GUERRA, Y. A. D. A instrumentalidade do trabalho do assistente social. In: CONSELHO Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região (Org.). SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Belo Horizonte, CRESS 6ª Região, 2008, v. 1, p. 50-51.
- HOUAISS ELETRÔNICO. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Prefácio – Projeto profissional e trabalho do assistente social: o Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. In: FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro; JORGE, Maria Rachel Tolosa (Org.). *O Serviço Social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2005.
- IANNI, Otávio. *A ideia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 87-109.
- MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 14, n. 45, p. 137-141, ago. 1994.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução: BARBOSA, Regis; KOTHE, Flávio R. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v I.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1ª grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1982.
- MERCADO-MARTÍNEZ, Francisco J.; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Introdução: notas para um debate. In.: BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco Javier (org.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez, 1990.
- NOSELLA, P. Compromisso político como horizonte da competência técnica. *Revista Educação e Cultura*, São Paulo, n. 14, abr. 1983.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.
- _____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 7-39, 1997.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, jun. 2006.
- _____. Instrumentos e técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 70-96, jun. 2007.
- _____; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social – uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). *Serviço Social: temas, textos e contextos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 47-63. (Coletânea Nova de Serviço Social)
- SARMENTO, Helder Boska de Moraes. *Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – São Paulo, PUC-SP, mar. 1994.
- SAVIANI, D. Competência política e compromisso técnico (O pomo da discórdia e o fruto proibido). *Revista Educação e Cultura*, São Paulo, n. 15, ago. 1983.
- TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, GRAFLINE, v. 2, n. 4, p. 21-39, jul./dez. 2001.
- VELOSO, Laís Helena Pinto. Processo de trabalho do serviço social (do despreparo teórico às transgressões do ofício). *Em Pauta*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 6, p. 30-50, nov. 1995.

Leituras complementares

ALMEIDA, Ney Luiz T. Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, p. 87-95, jul. 1997.

CAMPAGNOLLI, Sandra Regina de Abreu. *Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e seu instrumental técnico*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo – PUC-SP, 1993.

EIRAS, Alexandra A. L. T. Seabra. *Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, maio, 2006.

ON, Maria Lúcia. Notas a respeito da competência profissional: uma reflexão para o Serviço Social. *Serviço Social & Realidade*, São Paulo, UNESP/Franca, v. 3, n. 4, 1995.

REIS, V. T. Moura. *Ensino do instrumental técnico de intervenção em Serviço Social: explorando possibilidades*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e a prática reflexiva. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 10, p. 131-181, jul. 1997.